

# Relatório Anual 2016

## Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio

Diretoria Executiva de Administração e Finanças  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de Abril de 2016, que continha ressalvas referentes a ajustes de exercícios anteriores que não foram reconhecidos em contrapartida de Sobras ou Perdas Acumuladas.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>	<b>261.494</b>	<b>250.924</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>71.612</b>	<b>56.198</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.068	1.087	DEPÓSITOS (NOTA 10)	59.710	49.330
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	198.015	159.385	Depósitos à Vista	39.710	44.092
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Depósitos a Prazo	19.990	5.238
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	198.015	159.384	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	57.097	85.914	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	-
Operações de Crédito	66.786	97.623	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	64	69
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.689)	(11.709)	Recursos em Trânsito de Terceiros	64	69
OUTROS CRÉDITOS	5.232	4.474	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	638	623
Rendas a Receber	133	1.252	Empréstimos País - Outras Instituições	638	623
Diversos (NOTA 06)	5.167	3.264	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.198	6.176
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(68)	(42)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	14	8
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	82	64	Sociais e Estatutárias	2.248	586
Outros Valores e Bens	2.776	2.748	Fiscais e Previdenciárias	557	528
(Provisão para desvalorização)	(2.741)	(2.741)	Diversas (NOTA 12)	8.379	5.054
Despesas Antecipadas	47	57			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>72.233</b>	<b>110.134</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>190.977</b>	<b>236.385</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	52.691	90.326	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	190.977	236.385
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	49.323	85.824	DEPÓSITOS (NOTA 10)	190.977	236.385
Operações de Crédito	60.136	101.218	Depósitos a Prazo	190.977	236.385
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.813)	(15.394)			
OUTROS CRÉDITOS	3.367	4.495			
Rendas a Receber	-	4.489			
Diversos (NOTA 06)	3.367	6			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	1	7			
Despesas Antecipadas	1	7			
PERMANENTE	19.542	19.808	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>71.138</b>	<b>68.475</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	2.649	1.898	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	49.544	51.272
Outros Investimentos	2.649	1.898	De Domiciliados no País	49.551	51.272
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	16.624	17.721	(Capital a Realizar)	(7)	-
Imóveis de Uso	10.146	10.145	RESERVAS DE SOBRAS	19.471	33.025
Outras Imobilizações de Uso	14.678	14.714	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.123	(15.822)
(Depreciação acumulada)	(8.200)	(7.138)	Ajustes de exercícios anteriores	-	7
INTANGÍVEL (NOTA 09)	269	189	Sobras ou Perdas Acumuladas	2.123	(15.829)
Outros Ativos Intangíveis	805	714			
(Amortização acumulada)	(536)	(525)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>333.727</b>	<b>361.058</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>333.727</b>	<b>361.058</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>21.675</b>	<b>-</b>	<b>21.675</b>	<b>46.207</b>	<b>-</b>	<b>46.207</b>	<b>57.062</b>	<b>-</b>	<b>57.062</b>
Operações de Crédito	21.675	-	21.675	46.207	-	46.207	57.062	-	57.062
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(21.167)</b>	<b>(6)</b>	<b>(21.173)</b>	<b>(39.001)</b>	<b>(12)</b>	<b>(39.013)</b>	<b>(54.149)</b>	<b>(74)</b>	<b>(54.223)</b>
Operações de Captação no Mercado	(14.989)	(5)	(14.994)	(30.635)	(10)	(30.645)	(30.221)	(72)	(30.293)
Operações de Empréstimos e Repasses	(35)	(1)	(36)	(81)	(2)	(83)	(74)	(2)	(76)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.143)	-	(6.143)	(8.285)	-	(8.285)	(23.854)	-	(23.854)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>508</b>	<b>(6)</b>	<b>502</b>	<b>7.206</b>	<b>(12)</b>	<b>7.194</b>	<b>2.913</b>	<b>(74)</b>	<b>2.839</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(350)</b>	<b>332</b>	<b>(18)</b>	<b>(3.700)</b>	<b>656</b>	<b>(3.044)</b>	<b>(17.366)</b>	<b>1.069</b>	<b>(16.397)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	159	862	1.021	248	1.704	1.952	626	1.829	2.355
Rendas de Tarifas Bancárias	975	-	975	1.946	-	1.946	1.065	5	1.070
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.999)	(225)	(9.224)	(18.892)	(452)	(19.344)	(17.524)	(401)	(17.925)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(4.634)	(167)	(4.801)	(9.406)	(318)	(9.724)	(11.013)	(344)	(11.357)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(104)	(46)	(150)	(254)	(91)	(345)	(212)	(96)	(308)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	14.866	74	14.940	27.822	126	27.948	17.456	119	17.575
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(2.613)	(166)	(2.779)	(5.164)	(313)	(5.477)	(7.764)	(43)	(7.807)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>158</b>	<b>326</b>	<b>484</b>	<b>3.506</b>	<b>644</b>	<b>4.150</b>	<b>(14.553)</b>	<b>995</b>	<b>(13.558)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>242</b>	<b>(2)</b>	<b>240</b>	<b>589</b>	<b>(1)</b>	<b>588</b>	<b>13.315</b>	<b>414</b>	<b>13.729</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>400</b>	<b>324</b>	<b>724</b>	<b>4.095</b>	<b>643</b>	<b>4.738</b>	<b>(1.238)</b>	<b>1.409</b>	<b>171</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(61)</b>	<b>(61)</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(30)	(30)	-	(68)	(68)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	(31)	(31)	-	(67)	(67)	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>400</b>	<b>263</b>	<b>663</b>	<b>4.095</b>	<b>508</b>	<b>4.603</b>	<b>(1.238)</b>	<b>1.409</b>	<b>171</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>508</b>	<b>(508)</b>	<b>-</b>	<b>1.409</b>	<b>(1.409)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>400</b>	<b>263</b>	<b>663</b>	<b>4.603</b>	<b>-</b>	<b>4.603</b>	<b>171</b>	<b>-</b>	<b>171</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.480)</b>	<b>-</b>	<b>2.480</b>	<b>(16.000)</b>	<b>-</b>	<b>(16.000)</b>
Fates - Estatutário	-	-	-	(212)	-	(212)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.910)	-	(1.910)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(358)	-	(358)	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(16.000)	-	(16.000)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.123</b>	<b>-</b>	<b>2.123</b>	<b>(15.829)</b>	<b>-</b>	<b>(15.829)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>47.597</b>	<b>14.210</b>	<b>2.815</b>	<b>64.622</b>
Ajustes de períodos anteriores	-	-	7	7
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	2.815	(2.815)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.715	-	-	5.715
Baixas de capital	(2.040)	-	-	(2.040)
Resultado do período	-	-	171	171
Destinações	-	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	16.000	(16.000)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>51.272</b>	<b>33.025</b>	<b>(15.822)</b>	<b>68.475</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.675</b>	<b>18.815</b>	<b>(18.637)</b>	<b>3.853</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>51.272</b>	<b>33.025</b>	<b>(15.822)</b>	<b>68.475</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.442	-	-	1.442
Baixas de capital	(3.170)	-	-	(3.170)
Reversões de reservas	-	(15.822)	15.822	-
Resultado do período	-	-	4.603	4.603
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(212)	(212)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.910	(1.910)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	358	(358)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>49.544</b>	<b>19.471</b>	<b>2.123</b>	<b>71.138</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(1.728)</b>	<b>(13.554)</b>	<b>17.945</b>	<b>2.663</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)</b>	<b>50.471</b>	<b>17.203</b>	<b>3.940</b>	<b>71.614</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	808	-	-	808
Baixas de capital	(1.735)	-	-	(1.735)
Resultado do período	-	-	663	663
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(212)	(212)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.910	(1.910)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	358	(358)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>49.544</b>	<b>19.471</b>	<b>2.123</b>	<b>71.138</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(927)</b>	<b>2.268</b>	<b>(1.817)</b>	<b>(476)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio**  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>577</b>	<b>(787)</b>	<b>36.120</b>
Resultado do semestre/exercício	663	4.603	171
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(86)</b>	<b>(5.390)</b>	<b>35.949</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(539)	(6.601)	21.177
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	2.741
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	23	26	22
Depreciação do imobilizado de uso	583	1.303	1.457
Amortização do intangível	(38)	11	107
Baixas do ativo permanente	119	119	2.768
Baixas do ativo Investimentos	62	62	6.733
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(14)	(101)	1.016
Destinações ao FATES	(212)	(212)	-
Dividendos SicrediPar	(70)	3	(72)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>12.512</b>	<b>42.357</b>	<b>(6.296)</b>
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras ativas	339	1	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	36.566	71.919	67.244
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.950)	2	(4)
(Aumento) Redução em outros créditos	195	341	(1.161)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	244	(12)	(2.071)
Aumento (Redução) em depósitos	(25.448)	(35.028)	(36.662)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(493)	(5)	(53)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	35	15	24
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	-	(352)
(Redução) Aumento em outras obrigações	3.024	5.124	(33.261)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>13.089</b>	<b>41.570</b>	<b>29.824</b>
Aquisição de Investimentos	-	(814)	(1.273)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(248)	(325)	(5.068)
Aplicações no Intangível	28	(91)	(144)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(220)</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(6.485)</b>
Integralização de capital	808	1.442	5.715
Baixa de capital	(1.735)	(3.170)	(2.040)
Ajustes de períodos anteriores	-	-	7
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(927)</b>	<b>(1.728)</b>	<b>3.682</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>11.942</b>	<b>38.612</b>	<b>27.021</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	187.141	160.471	133.450
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	199.083	199.083	160.471

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/05/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta", os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias". Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo circulante</b>	<b>250.930</b>	<b>(6)</b>	<b>250.924</b>
OUTROS CRÉDITOS	4.480	(6)	4.474
Diversos	3.270	(6)	3.264
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>110.128</b>	<b>6</b>	<b>110.134</b>
OUTROS CRÉDITOS	4.489	6	4.495
Diversos	-	6	6
<b>Passivo circulante</b>	<b>56.198</b>	<b>-</b>	<b>56.198</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.176	-	6.176
Fiscais e Previdenciárias	1.862	(1.334)	528
Diversas	3.720	1.334	5.054
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(16.397)</b>	<b>-</b>	<b>(16.397)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.446	(91)	2.355
Rendas de Tarifas Bancárias	979	91	1.070

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 30 de janeiro de 2017.

#### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

##### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

##### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

##### c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

##### d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

##### e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

##### f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

##### g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

##### h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	1.068	1.087
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	198.015	159.384
Total	199.083	160.471

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

### NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

#### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	59.804	54.332	114.136	176.348
Financiamentos	6.982	5.804	12.786	22.493
Carteira total	66.786	60.136	126.922	198.841

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.113	-	2.113	1.659
Total	2.113	-	2.113	1.659

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	-	80	-	-
Nível A	0,50	34.745	45.477	174	227
Nível B	1,00	25.735	50.803	257	508
Nível C	3,00	34.096	62.058	1.023	1.862
Nível D	10,00	10.495	12.950	1.049	1.295
Nível E	30,00	5.065	7.061	1.519	2.118
Nível F	50,00	4.084	1.559	2.042	780
Nível G	70,00	1.031	523	722	366
Nível H	100,00	13.784	19.989	13.784	19.989
Total (i)		129.035	200.500	20.570	27.145

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2016					2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.941	15.137	16.550	35.568	69.196	84.094
Comércio	133	382	805	1.286	2.606	2.640
Outros Serviços	1.409	11.269	21.273	23.282	57.233	113.766
Total	3.483	26.788	38.628	60.136	129.035	200.500

**d) Concentração das operações de crédito**

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	43.268	33,53	52.744	26,31
50 devedores seguintes	36.178	28,04	75.179	37,50
100 devedores seguintes	15.427	11,96	25.657	12,80
Demais	34.162	26,47	46.920	23,40
Total	129.035	100	200.500	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2016	2015
Saldo inicial	27.145	5.946
Constituição de provisão	8.285	23.854
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.860)	(2.655)
Saldo final	20.570	27.145

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.182 (2015 - R\$ 526), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 2.789 (2015 - R\$ 26.109).

**NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	78	39
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	392	119
Devedores por depósitos em garantia	916	813
Impostos e contribuições a compensar	48	90
Títulos e créditos a receber	2.113	1.659
Devedores por convênios	131	118
Operações com cartões	31	370
Pendências a regularizar	103	44
Outros	1.355	12
Total Circulante	5.167	3.264
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	6
Outros	3.367	-
Total realizável a longo prazo	3.367	6

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

**NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS**

	2016	2015
Bens não de uso próprio	2.772	2.741
Veículos e afins	31	-
Bens em regime especial	2.741	2.741
Material em estoque	4	7
Despesas antecipadas	47	57
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.741)	(2.741)
<b>Total Circulante</b>	<b>82</b>	<b>64</b>
Despesas antecipadas	1	7
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.741 (2015 - R\$ 2.741) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 08 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.104	893
Sicredi Participações S.A.	1.544	942
Outras Participações e Investimentos	1	63
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros Investimentos	-	62
<b>Total</b>	<b>2.649</b>	<b>1.898</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	501.053 ON	305.746 ON	1	1	1.104.031	892.448
	1.043.321 PN	636.430 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,12%	0,63%	0,72%	0,69%	0,58%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	1.544	942	1	1	1.104	893

**NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2016		2015	
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	24.824	(8.200)	16.624	17.721
Imobilizações em curso	-	4.451	-	4.451	4.451
Edificações	4%	10.146	(1.950)	8.196	8.596
Instalações	10%	4.972	(2.251)	2.721	3.027
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.697	(949)	748	841
Sistema de comunicação	10%	191	(97)	94	105
Sistema de processamento de dados	20%	3.128	(2.801)	327	577
Sistema de segurança	10%	239	(152)	87	124
Intangível (i)	5% a 15%	805	(536)	269	189
Investimentos Confederação		295	(30)	265	137
Outros ativos intangíveis		510	(506)	4	52
<b>Total</b>		<b>25.629</b>	<b>(8.736)</b>	<b>16.893</b>	<b>17.910</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 10 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	39.720	-	-	39.720	44.092
Depósitos a prazo	3.648	16.342	190.977	210.967	241.623
Total	43.368	16.342	190.977	250.687	285.715

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	638	623
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	638	623
Total circulante	638	623

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

**NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	2.169	11
Provisão para pagamentos a efetuar	1.918	1.268
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	1.233	1.334
Pendências a regularizar	2	78
Operações com cartões	2.265	1.644
Demais fornecedores	518	531
Credores diversos	274	188
Total circulante	8.379	5.054

**NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	-	34	(33)	1
Tributária	1.334	-	(102)	1.232
Total	1.334	34	(135)	1.233

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	1	-
Tributária (i)	Provável	1.232	1.334
Total		1.233	1.334

(i) O valor se refere a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.000, contabilizado em contrapartida do resultado de 2015, referente a ações em curso de natureza tributária que tratam da incidência de PIS e Cofins sobre os ingressos financeiros auferidos pela Cooperativa, conforme Carta Circular 3.429/10 do Banco Central do Brasil. Processo suspenso em razão de decisão favorável obtida nos autos em que foi reconhecida a não incidência do COFINS sobre os atos cooperativos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 733; R\$ 59; R\$ 1.000 (2015 - R\$ 55, R\$ 724 e R\$ 1.103), respectivamente.

**NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	49.544	51.272
Total de associados	14.318	13.634

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa reduziu seu capital social no montante de R\$ 1.728 (aumento em 2015 – R\$ 3.675), neste período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$3.170 (2015 – R\$ 2.040). No mesmo período houve integralização de quotas-partes no montante de R\$ 1.442 (2015 – R\$ 5.715).

**b) Destinações**

A Cooperativa de Crédito e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio, destinou seu resultado conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**c) Resultados acumuladas**

Conforme estabelece a Carta-Circular 3.300 (CMN) de 27/02/2008, apresentamos abaixo a composição, a forma e o prazo de compensação das perdas relativas aos exercícios anteriores:

Composição	Valor	
Ajustes de períodos anteriores	7	
Resultado do exercício de 2015 antes das destinações	171	
Destinação para Reserva Legal - Doação SFG	(16.000)	
Resultado do exercício de 2015	(15.822)	
Resultado compensado com recursos da Reserva Legal	15.822	Conforme deliberação da AGO/2016
Resultado do exercício de 2016	2.123	Para deliberação em assembleia geral 2017
Total Sobras	2.123	

O resultado é distribuído e apropriado conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

**NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	4.603	171
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.933)	(72)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	6	-
Provisão resgate milhas cartão	(14)	-
Provisão de PPR	6	-
Receita com atos cooperativos	1.720	(495)
Juros sobre o capital próprio	-	564
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	(3)
Outros	80	6
Subtotal	1.798	72
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(135)	-

**NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades (Nota 04)	-	114
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	198.015	159.384
Outros Créditos - Rendas a receber	29	24
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	317	132
Investimentos (Nota 08)	2.649	1.836
Intangível (Nota 09)	265	137
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos	638	623
Outras Obrigações - Diversas	2.011	1.637
<b>Receitas</b>		
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	66	51
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	26.333	15.880
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	-	304
Operações de Empréstimos e Repasses	83	75
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	637	583
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 18)	2.520	979

## b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores executivos e colegiado), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	241	0,61%	122
Depósitos a prazo	1.063	0,50%	1.366
Operações de crédito	1.349	0,59%	1.604

## c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.109	2.494

## NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	355	306
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	26.191	15.732
Reversão de provisões operacionais	1.247	936
Outras rendas operacionais	155	601
Total	27.948	17.575

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

## NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	953	4.016
Contribuição O.C.E.	117	232
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	586	438
Contribuição Confederação Sicredi	1.185	317
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	238	102
Encargos da administração financeira	143	105
Repasse Administradora de Cartões	122	17
Outras provisões operacionais	601	647
Outras despesas operacionais	1.532	1.933
Total	5.477	7.807

## NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 9.724 (2015 - R\$ 11.357), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

## NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.



## II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

## III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria colegiada;

## V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

#### NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
<b>O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>70.979</b>	68.421
Capital principal - CP	70.979	68.421
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de juros	19.471	33.026
Lucros acumulados	2.123	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	15.822
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	159	55
	-	-
Total do capital qualificado	70.979	68.421
Requerimento de PR + RBAN	18.940	22.410
Índice sobre o PR considerando a RBAN	39,35%	32,06%
Situação para o limite de imobilização	16.735	17.919
Índice de imobilização (limite 50%)	23,58%	26,19%

#### NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Denise Damian  
Diretora Executiva  
CPF: 468.372.807-91

Celso Nardin de Barros  
Diretor Administrativo  
CPF: 088.079.887-47

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72